

## Desafios Do Desenvolvimento Econômico No Brasil: Perspectivas Ortodoxas E Heterodoxas Em Debate

João Bosco Mousinho Reis<sup>1</sup>, Alexsandro Sousa Brito<sup>2</sup>,  
Vanessa Ragone Azevedo<sup>3</sup>, Alessandra Juliana Caumo<sup>4</sup>, Selma Sousa Pires<sup>5</sup>

<sup>1</sup>(Departamento De Direito E Economia, Universidade Estadual Do Maranhão, Brasil)

<sup>2</sup>(Departamento De Economia, Universidade Federal Do Maranhão, Brasil)

<sup>3</sup>(Departamento De Economia, Universidade Federal Do Maranhão, Brasil)

<sup>4</sup>(Departamento De Economia, Universidade Federal Do Maranhão, Brasil)

<sup>5</sup>(Departamento De Economia, Universidade Federal Do Maranhão, Brasil)

---

### Resumo:

Este artigo analisa três correntes teóricas que influenciam o desenvolvimento econômico no Brasil: ortodoxia, novo-desenvolvimentismo e social-desenvolvimentismo. A ortodoxia, fundamentada no pensamento neoclássico, defende a autorregulação dos mercados e a mínima intervenção estatal, sendo predominante em políticas de estabilização macroeconômica. Em contraponto, o novo-desenvolvimentismo enfatiza a industrialização e a política cambial ativa como pilares do crescimento sustentável. Já o social-desenvolvimentismo prioriza o fortalecimento do consumo de massa e o investimento em infraestrutura social para promover o desenvolvimento inclusivo. O estudo destaca os limites e potencialidades de cada abordagem, concluindo que uma estratégia eficaz de desenvolvimento econômico no Brasil exige a combinação de elementos dessas correntes. A integração dessas perspectivas pode garantir tanto a estabilidade macroeconômica quanto o crescimento sustentável e socialmente justo, essencial para enfrentar os desafios econômicos e sociais do país.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento econômico, Ortodoxia, Novo-desenvolvimentismo, Social-desenvolvimentismo

---

Date of Submission: 24-11-2024

Date of Acceptance: 04-12-2024

---

### I. Introdução

Este artigo examina as correntes teóricas ortodoxas, novo-desenvolvimentista e social-desenvolvimentista, oferecendo uma análise de suas contribuições e divergências no campo da economia. A pesquisa foca no contexto brasileiro, explorando o impacto dessas perspectivas sobre a formulação e implementação de políticas econômicas, especialmente em momentos de crise e transformação estrutural. O estudo busca situar essas correntes dentro de um debate mais amplo sobre o papel do Estado e do mercado no desenvolvimento econômico, fornecendo uma visão crítica das estratégias adotadas e seus respectivos fundamentos teóricos.

A economia ortodoxa, predominantemente no mainstream, é sustentada pelo paradigma neoclássico, que enfatiza a racionalidade dos agentes econômicos e a autorregulação dos mercados. Por outro lado, as correntes heterodoxas emergem como resposta crítica, propondo abordagens mais integradas que corrigem as limitações da autorregulação do mercado e a necessidade de intervenção estatal para corrigir falhas sistêmicas. Dentre esses, o novo-desenvolvimento e o social-desenvolvimento se destacam por suas abordagens específicas de industrialização e no fortalecimento do consumo de massa, respectivamente.

A literatura acerca do conceito de ortodoxia econômica contempla tanto a esfera intelectual, uma vez que a ortodoxia se refere ao que os historiadores do pensamento econômico entendem por escola de pensamento econômico dominante, quanto a esfera sociológica, já que o termo dominante confere à ortodoxia características de prestígio e influência no meio acadêmico em determinado período<sup>1</sup>. A ortodoxia econômica é, no presente momento, a visão dominante<sup>2</sup>.

A ortodoxia econômica atual tem por base o pensamento neoclássico que pregoa a racionalidade dos agentes econômicos e a capacidade autorregulatória dos mercados em direção ao equilíbrio, sem a necessidade de intervenção externa. Neste modelo é válido a lei de Say, onde a oferta gera demanda própria e a moeda é neutra a longo prazo, servindo unicamente como meio de troca; não existindo o entesouramento, garante que a longo prazo toda a produção dos ofertantes seja efetivamente consumida, o que afasta a possibilidade de superprodução.

Uma característica cara ao pensamento neoclássico e um dos fundamentos mais defendidos da

ortodoxia é a aceitação do princípio do *Laissez-faire* ou o “deixar fazer”. Ela defende que a intervenção do Estado na economia deve se limitar o mínimo possível, sobre pena de prejudicar a eficiência de mercado.

A ampla difusão do pensamento ortodoxo, tanto no meio acadêmico quanto na mídia especializada, confere à ortodoxia o *status* de pensamento econômico dominante ou *mainstream* econômico. A constatação da existência de um pensamento econômico dominante permite compreender a heterodoxia como programas de pesquisa que atuam como *outsiders* em relação aos programas comumente aceitos pelos mais tradicionais centros de estudo sobre a ciência econômica<sup>1</sup>. Uma outra maneira de classificar a escola de pensamento como heterodoxa é através da “ilegitimidade revelada”, “[...] se o *mainstream* considera as ideias de um grupo de pouco ou nenhum valor, chama esse grupo de heterodoxo”<sup>3</sup>.

Uma análise sobre a metodologia empregada na análise econômica, por cada corrente, fornece mais subsídios para entender melhor como cada corrente se posiciona frente ao mesmo problema econômico. Uma característica comum aos trabalhos acadêmicos, classificados como pertencentes a ortodoxia, é o uso intensivo da matemática como elemento fundamental para explicar a economia. A economia ortodoxa é majoritariamente positivista e utiliza métodos quantitativos para modelar e prever fenômenos econômicos, enquanto a heterodoxia valoriza uma abordagem mais crítica e pluralista, além de buscar entender a economia através de uma combinação de métodos qualitativos e quantitativos<sup>4</sup>.

O uso intensivo de instrumentos matemáticos por parte dos autores ortodoxos para explicar a economia, é visto pelos autores heterodoxos como uma metodologia nem sempre adequada. Para os heterodoxos, a interpretação dos fenômenos econômicos, por meio de modelos matemáticos, implica que o objeto de estudo se comporta como um sistema fechado, no qual impera a regularidade dos eventos conforme previsto na escola neoclássica, a exemplo, o equilíbrio de mercado como regra. Do ponto de vista dos heterodoxos, tal abordagem ignora que a economia faz parte da realidade social, que é incondicionalmente influenciada pela ação humana, e portanto, encontra-se sempre em contínua transformação, o que confere à economia a condição de um sistema aberto para o qual o método matemático-dedutivo não se aplica em sua totalidade, pois, os eventos sociais não ocorrem de maneira regular e livre de incertezas, como previsto pelas bases neoclássicas, sobre a qual, a ortodoxia se sustenta<sup>1</sup>.

A ortodoxia está vinculada, quase sempre, a alguma contestação realizada pelos que afirmam serem heterodoxo<sup>1</sup>. Tal contestação é evidente na maneira pela qual cada corrente interpreta o papel do Estado na economia. Enquanto o pensamento ortodoxo pregoa que a interferência do Estado deve se ater ao mínimo necessário, sobre pena de comprometer a capacidade do mercado de autorregular, os heterodoxos não apenas rejeitam que isso seja possível, como atribuem destaque à intervenção do Estado na economia<sup>5</sup>. Tal contenda pode ser vista, por exemplo, na maneira como os economistas de cunho ortodoxo e heterodoxo interpretam o problema do déficit fiscal no âmbito da Emenda à Constituição n° 95, de 2016, que alterou o ato das Disposições Constitucionais Transitórias para instituir o Novo Regime Fiscal. Em resumo, a Emenda Constitucional n° 95/2016, limita os investimentos públicos da União por 20 (vinte) anos; que fixou o teto de aumento das despesas primárias em percentual, conforme a variação dos índices inflacionários verificados no ano anterior<sup>6</sup>.

Os economistas de orientação ortodoxa partem do diagnóstico que o déficit fiscal, ocorrido em 2015 e 2016, foi consequência do aumento da intervenção do governo na economia através de uma política fiscal marcada pelo excesso de gasto público<sup>2</sup>. Partindo deste diagnóstico, os economistas ortodoxos se posicionaram a favor do Novo Regime por entender que a redução do gasto público é a via necessária para restabelecer o equilíbrio das contas públicas, e assim, recuperar a confiança dos agentes econômicos possibilitando que o país recuperasse o crescimento econômico. Por sua vez, a análise heterodoxa avalia que o déficit público é um problema de receita e não de gasto, e como tal, a solução repousa sobre a necessidade de aumentar a arrecadação tributária.

Adicionalmente, o limite de gastos e dos investimentos impostos pelo Novo Regime é visto, pelos economistas heterodoxos, como prejudicial para a economia em virtude do forte efeito multiplicador vinculado ao gasto público no Brasil. A heterodoxia entende que a recuperação do equilíbrio fiscal deve ser obtida a partir do aumento da arrecadação, para a qual a manutenção do gasto público e dos investimentos é primordial<sup>2</sup>.

A diferença entre os economistas heterodoxos e ortodoxos costuma ocorrer na ênfase empregada e não em teorias diametralmente opostas. enquanto os economistas ortodoxos preocupam-se com problemas relacionados com a alocação e distribuição de recursos, estabilidade e crescimento econômico, os economistas heterodoxos buscam entender as forças que promovem as mudanças na economia e na sociedade<sup>7</sup>.

O teórico avalia que, frequentemente, questões consideradas como certas para autores ortodoxos é, por outro lado, objeto de estudo para os heterodoxos; ao mesmo tempo que aquilo que é considerado dado pelos economistas heterodoxos, os economistas ortodoxos ainda tentam explicar. desenvolver um pensamento que questione a corrente dominante não é uma tarefa fácil, e os heterodoxos têm por desafio estabelecer uma análise econômica própria apoiada por uma metodologia que transcenda a comumente utilizada nos programas de pesquisa de maior prestígio, buscando assim oferecer um programa rival viável em oposição ao que se encontra

estabelecido no *mainstream*<sup>7</sup>.

Quanto a política econômica e a relação com a corrente de pensamento econômico, Bastos (2010) alerta que a escolha de uma política econômica não depende unicamente de questões ideológicas, ou meramente técnicas, uma vez que a solução para o problema econômico é mais abrangente. Tal escolha está relacionada à compromissos políticos e a busca pelo desenvolvimento econômico em um contexto de luta pela apropriação dos ganhos e administração de perdas em diferentes fases do ciclo econômico, as tensões são atenuadas no período de expansão e em tempos de crises exaltam-se os conflitos de classes, exacerbando a desunião.

Sendo assim, o presente artigo visa responder como as correntes ortodoxas, novo-desenvolvimentistas e social-desenvolvimentistas influenciam as políticas econômicas no Brasil, e quais são os impactos de suas propostas na promoção do desenvolvimento econômico sustentável.

O objetivo geral do estudo é analisar as contribuições e os limites das abordagens ortodoxa, novo-desenvolvimentista e social-desenvolvimentista para o desenvolvimento econômico brasileiro, destacando suas implicações teóricas e práticas. Para tanto, os objetivos específicos se constituem em: (i) examinar os principais fundamentos teóricos da ortodoxia econômica e sua aplicação em políticas econômicas no Brasil; (ii) avaliar as propostas do novo-desenvolvimento, com foco em sua ênfase na industrialização e modernização da economia; (iii) analisar o desenvolvimentismo social, com destaque para sua abordagem focada no fortalecimento do consumo de massa e investimento em infraestrutura social; e, (iv) comparar as contribuições dessas correntes no contexto de crises econômicas e suas respectivas soluções para o equilíbrio macroeconômico e o crescimento sustentável.

Este trabalho está estruturado em três partes principais: primeiro, discute-se a ortodoxia econômica e seu papel dominante nas últimas décadas; em seguida, analisam-se os fundamentos e propostas do novo-desenvolvimento; por fim, explora-se o desenvolvimentismo social e sua ênfase nas políticas sociais como motor de desenvolvimento. A conclusão sintetiza os principais achados, destacando as implicações teóricas e práticas das diferentes abordagens no contexto do desenvolvimento econômico brasileiro.

## **II. O Debate Ortodoxo E Heterodoxo No Brasil**

No Brasil os autores pertencentes aos vieses ortodoxo e heterodoxo têm se ocupado de produção científica, sobre objetivos distintos e com apenas uma temática de interesse comum às duas correntes<sup>4</sup>. Tendo por base uma pesquisa sobre a produção acadêmica publicada entre os anos de 1968 e 2021 (nos 100 principais periódicos de economia brasileira), o pesquisador constatou que a única temática convergente aos dois escopos ocorre em questões ambientais, energéticas, agrícolas, entre outros; temas que o autor chama de “economia verde”. Nesta temática, os periódicos ortodoxos e heterodoxos apresentam forte grau de acoplamento bibliográfico e de similaridade temática, indicando a convergência entre os escopos nestes domínios.

As análises indicam ainda que, em termos de produção os documentos, aqueles de viés heterodoxo apresentam volume consideravelmente maior aos documentos de ascendência ortodoxa. Quanto as temáticas abordadas, foi constatado que a corrente ortodoxa está amplamente concentrada nos aspectos ambientais, ecológicos e energéticos, envolvendo a economia brasileira, ao passo que a amostragem heterodoxa revelou núcleos temáticos consideravelmente mais amplos, envolvendo economia política, economia internacional e discussões macroeconômicas. Durante o governo Lula, a literatura mais referenciada oscilou ao longo do período, sendo as perspectivas ortodoxas mais dominante no primeiro mandato e a heterodoxa no segundo mandato<sup>4</sup>. Durante o governo Dilma, igualmente houve alternância em relação a qual vertente foi a dominante ao longo dos quase seis anos de mandato.

Os economistas brasileiros utilizam um critério parecido ao discutido no início deste capítulo para se autodenominarem ortodoxos: definindo-se como praticantes da boa ciência e com metodologia baseada nos métodos quantitativos<sup>8</sup>. Já os heterodoxos se enxergam como praticantes de abordagem mais plural, mas igualmente científica à uniformidade da análise neoclássica<sup>8</sup>. Em termos de teoria do desenvolvimento, sendo que este é um tema no qual as duas correntes apresentam um forte debate, pois a corrente heterodoxa<sup>9</sup> atribui ao setor industrial o papel chave no desenvolvimento do país, em decorrência do alto valor agregado inerente ao setor, enquanto a ortodoxia<sup>10</sup> defende que o desenvolvimento depende do crescimento da produtividade, que por sua vez depende dos crescimento da formação do trabalhador e da produtividade sistêmica, dando assim relevância ao processo para determinar o grau de desenvolvimento e não do que é produzido. Tal divergência, quanto ao papel da indústria no desenvolvimento econômico somados ao papel do Estado na economia, faz refletir na maneira que cada corrente interpreta as razões para a, já discutida, desaceleração/recessão econômica do governo Dilma Rousseff.

Na próxima seção apresentaremos as condições necessárias para o processo de desenvolvimento econômico segundo a ortodoxia e as correntes heterodoxas novo-desenvolvimentista e social-desenvolvimentista.

### **III. A Ortodoxia E O Desenvolvimento Econômico**

Como exposto, a ortodoxia baseia-se no conjunto de ditames, originados na teoria neoclássica, no qual as forças de mercado tendem ao equilíbrio, desde que estas possam operar livremente. Entende-se por livre a não intervenção do Estado na economia, salvo em casos de correções de falhas de mercado como, por exemplo, a existência de estruturas de mercados de concorrência imperfeita: monopólio e oligopólio que comprometem a capacidade de autorregulagem do mercado.

Na concepção ortodoxa, qualquer intento por parte do Estado em promover o crescimento econômico, por meio de políticas monetária e fiscal expansionista, não teria efeito sobre a economia real e nível de produção, acarretando apenas em perturbações ao lado monetário, uma vez que a moeda é neutra a nível de produção, causando, tão somente, aumento do nível geral de preço.

Para o pensamento neoclássico, o avanço econômico depende primordialmente da eficiência com que os recursos produtivos (capital, trabalho e recursos naturais) são combinados para a produção de bens e serviços<sup>11</sup>. A combinação mais eficiente possível dos fatores produtivos, ao longo da cadeia produtiva, é o que define o progresso tecnológico.

Desta maneira, o crescimento econômico depende fundamentalmente da performance e da produtividade ao longo do tempo, ou seja, a variação da produtividade é a causa do desenvolvimento econômico na concepção neoclássica. Para que o mercado seja capaz de promover desenvolvimento econômico se faz necessário que o governo agencie o controle da inflação e das contas públicas, faça reformas microeconômicas orientadas ao mercado e a obtenha de poupança externa.

Um ponto relevante na visão neoclássica é que todos os setores da economia estão sujeitos a retornos constantes de escala. Desta maneira, é irrelevante que a riqueza seja impulsionada pela agropecuária, indústria ou serviços. Não cabendo, portanto, na visão ortodoxa, que o governo pratique políticas específicas para um determinado setor, como no caso os incentivos do Programa Brasil Maior direcionados ao setor industrial. Para a ortodoxia, o que importa é que a produção seja dirigida a exploração de fatores produtivos abundantes, o que no caso brasileiro implica na utilização intensiva de trabalho não qualificado e recursos naturais<sup>12</sup>.

Para atender as condições de estabilidade de preço e o controle das contas públicas se estabeleceu no meio acadêmico, mais especificamente nos Estados Unidos dos anos 1990, a recomendação de um conjunto de medidas de política macroeconômica, indicado para países pobres que buscassem o desenvolvimento, que ficou conhecido como “Novo Consenso Econômico”. O Novo Consenso receita a aplicação de um ajuntamento de instrumentos capazes de manejar a economia, com o intuito de propiciar as condições necessárias para que países pobres lograssem o pleno desenvolvimento, conforme previsto pela ortodoxia.

O arcabouço indicado é composto pelo Regime de Metas para a Inflação e o equilíbrio fiscal. Neste contexto, os países em desenvolvimento que seguissem de forma mais disciplinada os ditames do Novo Consenso, teriam acesso a recursos externos na forma de empréstimos e de investimento direto no âmbito da inserção dos países em desenvolvimento na globalização financeira.

No Brasil, o Novo Consenso se estabeleceu em 1999 através da institucionalização do tripé-macroeconômico formado por câmbio flutuante, metas de inflação e meta fiscal primária, com o objetivo, quase exclusivo, de buscar a estabilidade de preço necessária ao desenvolvimento econômico engendrado espontaneamente pelas forças de mercado<sup>11</sup>. Uma vez garantido a estabilidade de preço e as condições para que as forças de mercado possam atuar de maneira livre buscando alocar os recursos de maneira mais eficiente possível, o desenvolvimento econômico pode ser alcançado.

### **IV. O Novo Desenvolvimentismo**

O prefixo “novo” (de desenvolvimentismo) pressupõe que havia um “velho” desenvolvimentismo, que de fato, corresponde a implantação na América Latina, nos anos 1950, de um conjunto de medidas com o objetivo de promover o crescimento acelerado da economia. Neste marco, o Brasil adotou um modelo de desenvolvimento econômico que ficou conhecido como Modelo de Substituição de Importação, que contou com a participação ativa do Estado por meio da disponibilização de infraestrutura básica e de financiamento necessários ao processo de desenvolvimento econômico. Nestes termos, o modelo ficou conhecido como “nacional-desenvolvimentismo” por promover o desenvolvimento econômico e a consolidação da nação tendo o Estado como catalizador deste processo.

Porém, ainda que, entre os anos de 1930 e 1970 o Brasil e outros países da América Latina crescessem em ritmo extraordinário, graças a estratégia de desenvolvimento baseado na industrialização por substituição de importações, o fracasso da estratégia da “nacional-desenvolvimentista” (ocorrido nos anos 1980) se deu, entre outros, por dois motivos decisivos: primeiro, pela exaustão da estratégia de substituição das importações, em função da excessiva proteção industrial e o baixo grau de inserção no comércio internacional que limitou o crescimento econômico; e segundo, quanto pela crise da dívida externa que causou deterioração fiscal do setor público, que impactaram negativamente nas condições de financiamento além de acelerar o processo inflacionário vindo a perdurar por quase duas décadas<sup>13</sup>.

Neste contexto, a impossibilidade do Novo Consenso em promover o desenvolvimento econômico na América Latina em contraste com êxito dos países asiáticos que lograram o rápido crescimento, surge a ideia de que a mesma experiência possa ser utilizada para elaboração de uma alternativa de desenvolvimento para a América Latina. A nova estratégia para o desenvolvimento é um “terceiro discurso” entre o “velho” desenvolvimentismo e a ortodoxia a quem o autor chama de novo-desenvolvimentismo<sup>14</sup>.

O economista Bresser-Pereira é o principal formulador do novo-desenvolvimentismo, teoria do desenvolvimento que busca integrar a macroeconomia à teoria do desenvolvimento econômico<sup>11</sup>. O novo-desenvolvimentismo rechaça a concepção ortodoxa de que os setores da economia são equivalentes na produção de riqueza; atribui ao setor industrial o papel de destaque para o desenvolvimento econômico, dado que, o setor possui alto valor adicionado, sendo assim capaz de transformar uma economia, baseada em setores de baixa complexidade, que paga salários menores; e para uma estrutura produtiva de alta complexidade, que paga salários maiores<sup>11</sup>. Nestes termos, os desenvolvimentistas afirmam que o desenvolvimento econômico é sofisticação produtiva proporcionada pela industrialização<sup>11</sup>.

Existem algumas contraposições ao desenvolvimento econômico baseado no Consenso de Washington, a quem o autor batiza de ortodoxia convencional<sup>11</sup>. Primeiro é necessária uma reavaliação ao princípio do *Laissez faire*, afirmando que ao contrário da ortodoxia convencional, a qual busca fortalecer o mercado e enfraquecer o Estado, o novo-desenvolvimentismo quer um Estado e um mercado forte e não ver isso como uma contradição<sup>14</sup>.

O novo-desenvolvimentismo considera a alocação de recursos é algo que o mercado realiza de melhor, mas ainda assim, não abrange todo o complexo sistema econômico, sendo ineficiente em promover componentes vitais ao crescimento econômico como o investimento e a inovação<sup>14</sup>. Em relação a concepção da ortodoxia convencional, sobre atribuir a intervenção do Estado na economia como algo que atrapalha o livre mercado, o novo-desenvolvimentismo é mais otimista ao considerar que um Estado forte resulta em um mercado forte, sem que para isso ele se valha do mercado como esteio para se fortalecer.

O desenvolvimento econômico exige a formulação de uma estratégia nacional de desenvolvimento, haja visto que, historicamente, os países que lograram alcançar o desenvolvimento dos países ricos, adotaram estratégias de desenvolvimento nacional. Define estratégia nacional do desenvolvimento como sendo um conjunto de valores, ideais e políticas orientadas para o desenvolvimento econômico de modo a criar oportunidades para que os empresários possam assumir riscos, investir e inovar<sup>14</sup>.

Neste ponto, o novo-desenvolvimentismo propõe a elaboração de uma estratégia nacional de desenvolvimento, capaz de promover a ampliação e a distribuição de renda através da adoção de políticas econômicas e de reformas institucionais orientadas para o mercado, e com um Estado atuante buscando corrigir desvios na ação automática dos mercados. Nesta abordagem, a política industrial é o instrumento usado pelo novo-desenvolvimentismo de maneira estratégica e ao mesmo tempo moderada com o intuito de apoiar empresas que tenham ou que possam vir a ter capacidade de competir internacionalmente<sup>14</sup>.

Nesta linha, a política industrial como sendo um conjunto de instrumentos de intervenção governamental (proteção tarifária, subsídios à produção, compras do governo, níveis mínimos de conteúdo, entre outros) destinados a privilegiar atividades, segmentos e setores com elevado potencial de criar e difundir progresso técnico; sustentar a produtividade (de modo a engendrar transformações na estrutura produtiva); ampliar a participação de setores de bens e serviços com elevada elasticidade-renda da demanda, promovendo assim o desenvolvimento econômico das nações<sup>11</sup>.

O novo-desenvolvimentismo, assim como a ortodoxia, é favorável a uma economia comercialmente aberta e competitiva, mas defende que o país recorra as negociações internacionais em busca de contrapartidas por entender que os mercados mundiais não são tão abertos como dizem ser<sup>14</sup>. O mesmo ocorre com relação ao mercado de trabalho, do mesmo modo que a ortodoxia convencional, o novo-desenvolvimentismo é favorável a estes serem mais flexíveis, o que não deve se traduzir em precarização da força de trabalho para reduzir os salários.

A seguir, serão apresentadas as divergências entre como a macroeconomia deve ser conduzida, segundo o novo-desenvolvimentismo, em relação à institucionalização do tripé-macroeconômico na economia brasileira.

### **O novo-desenvolvimentismo e o tripé-macroeconômico**

Para o novo-desenvolvimentismo, assim como para a ortodoxia convencional, a estabilidade macroeconômica é prerrogativa para o desenvolvimento. Porém, como já pontuado, o novo-desenvolvimentismo tem por princípio a necessidade de uma ação mais ativa do Estado na economia, visto que as forças de mercado não são eficientes o bastante para que o desenvolvimento econômico seja alcançado por seus próprios meios.

Nestes termos, o novo-desenvolvimentismo guarda uma série de divergências com relação ao arcabouço teórico que rege o funcionamento do Regime de Metas para a Inflação. No âmbito da política fiscal, o regime de metas fiscal se alicerça na teoria neoclássica que recomenda que o governo fique sujeito a restrição orçamentária intertemporal, de forma a garantir o equilíbrio fiscal permanente. O objetivo é sinalizar para o

mercado que a política econômica é pautada pela manutenção da estabilidade e pela antecipação das ações do governo quanto ao regime econômico, evitando descontinuidade e rupturas que causem distúrbios econômicos, conquistando assim, a confiança dos agentes econômicos<sup>15</sup>.

O novo-desenvolvimentismo converge com a ortodoxia no entendimento de que a estabilidade macroeconômica é fundamental para o desenvolvimento econômico, ao passo que a disciplina fiscal é essencial para a estabilidade econômica, mas há divergências quanto aos objetivos e instrumentos da gestão fiscal<sup>14</sup>. O novo-desenvolvimentismo, assim como a ortodoxia, quer um controle firme das contas públicas, não apenas para manter a relação dívida/PIB sobre controle e a manutenção da credibilidade junto ao mercado, mas para alcançar a formação de poupança pública positiva, e em montante suficiente para financiar os investimentos públicos e não depender do financiamento externo<sup>14</sup>.

Para tanto, o novo-desenvolvimentismo faz uma abordagem baseada na teoria Keynesiana que difere substancialmente da ortodoxia, ao defender que o ajuste fiscal não deve ter por parâmetro o *superávit* primário, mas sim o déficit orçamentário<sup>14</sup>. Isso pois, na concepção keynesiana, o Estado deve uma presença mais atuante na economia via política fiscal, monetária e cambial, com o objetivo de prover condições para o pleno emprego de longo prazo e evitar flutuações acentuadas. Isso não permite deduzir que o Estado ignore o equilíbrio das finanças ou as possíveis consequências sobre a nível de inflação.

A corrente desenvolvimentista defende a presença de um Estado na economia como um incentivador do pleno emprego<sup>16</sup>. Sendo que essa ação não é incompatível com o equilíbrio fiscal ou necessariamente inflacionário. O novo-desenvolvimentismo segue a proposta keynesiana para qual o Estado deve trabalhar com dois tipos de orçamento: (I) o orçamento corrente, que contempla os gastos de consumo corrente do governo financiado pela arrecadação de imposto e que deve permanecer em equilíbrio ao longo do tempo; (II) o orçamento de capital, que se refere aos projetos de investimentos do governo. Este também deve se manter em equilíbrio no longo prazo, através dos recursos oriundos do plena execução e operação dos projetos financiados. Ao orçamento de capital é permitido se tornar deficitário em caso de longas crises recessivas caso o governo intervenha por meio de política fiscal contracíclica<sup>14</sup>.

A política fiscal se constitui em algo caro, tanto para a ortodoxia quanto para heterodoxia desenvolvimentista, o tema enseja controversas a respeito do posicionamento do novo-desenvolvimentismo com relação ao equilíbrio das contas públicas. Portanto, convém explicar que, o novo-desenvolvimentismo, ao mesmo tempo que defende um Estado, conduz a política fiscal em consonância com o conceito de responsabilidade fiscal, por outro lado, nessa corrente de pensamento, é refratária a ideia que o orçamento público seja manejado segundo o conceito de austeridade fiscal<sup>11</sup>.

A austeridade fiscal se baseia na hipótese “austeridade fiscal expansionista”, entendida como uma situação em que a contração do gasto público tem por efeito a aceleração do crescimento econômico<sup>11</sup>. A explicação para essa lógica contraintuitiva, contração no gasto expande o PIB ao invés de contrair, baseia-se no argumento de que o compromisso do governo em manter o controle do gasto público aumenta a confiança de que a dívida pública em proporção do PIB tende a permanecer baixo a longo prazo. Isso se reflete na menor tendência de alterações do custo de oportunidade dos investidores que mantêm seus recursos em investimentos privados em detrimento da decisão de financiar o *déficit* do governo<sup>11</sup>.

A austeridade fiscal nada tem a ver com a responsabilidade fiscal defendida pelo novo-desenvolvimentismo e lembra que a ela se traduz em cortes permanentes de gastos públicos e, para estabilização da proporção dívida PIB, e posterior congelamento dos gastos por longo período<sup>11</sup>. Retomando o ‘teto dos gastos’ de 2017 como um exemplo de austeridade fiscal<sup>11</sup>. Quanto a responsabilidade fiscal, explica que está perfeitamente alinhada com a proposta de Keynes de preservar o caráter contracíclico da política fiscal, quando guiada pelos dois tipos de orçamentos já comentados. Em resumo, o novo-desenvolvimentismo rejeita o crescimento desordenado do gasto governamental, levando ao descontrole da dívida pública, mas é favorável ao aumento da poupança pública para financiar os investimentos públicos necessários ao crescimento econômico<sup>11</sup>.

Em termos de política monetária<sup>14, 17</sup>, defende que o objetivo do Banco Central não deve se restringir a garantir o poder de compra da moeda. Segundo a ortodoxia, o conceito de estabilidade se restringe ao controle da inflação. Para este objetivo, a ortodoxia prevê o uso da taxa básica de juros como o único instrumento disponível. O fato de que a ortodoxia convencional, em prol unicamente da estabilidade de preços, aceita a manutenção da taxa de juros em patamares elevados por longos períodos a despeito dos feitos sobre a taxa de câmbio e o crescimento econômico<sup>14, 17</sup>. Em contrapartida, o novo-desenvolvimentismo afirma que são necessários três objetivos, ou um mandato triplo ao Banco Central: controle da inflação, manutenção da taxa de câmbio em patamar competitivo e alcance razoável emprego.

Quanto a taxa de juros, a ortodoxia convencional não vê limites quanto ao nível desta para o controle da inflação, ao passo que o novo-desenvolvimentismo defende que a autoridade monetária faça os melhores esforços para que o seu nível médio seja o mais baixo possível<sup>14</sup>. Por sua vez, a taxa de câmbio deve ser mantida flutuante, mas administrada sempre que necessário, de modo que as empresas exportadoras possam competir de forma sustentável no mercado global. Na ausência da administração ativa da taxa de câmbio o país fica à mercê

dos efeitos danosos da doença holandesa<sup>14</sup>.

A doença holandesa (*Dutch disease*) é definida pela existência de recursos naturais abundantes que geram vantagens comparativas ao país que os possui, levando-o a se especializar na produção destes bens, e não se industrializar ou terminar se desindustrializando, o que inibe o processo de desenvolvimento econômico de longo prazo<sup>17</sup>.

Como resultado, espera-se que gradualmente a mão-de-obra local migre de setores de menor valor agregado para setores mais intensivos de conhecimento e valor agregado *per capita* promovendo a melhoria salarial. Nesta tarefa, a autoridade monetária pode dispor de outros instrumentos, além da taxa de juros, podendo comprar reservas e estabelecer limites sobre o ingresso de capitais no país evitando a tendência de apreciação cambial comum em país de renda média.

Na seção seguinte, será discutida a corrente social-desenvolvimentista, mostrando os preceitos defendidos e a sua contraposição ao tripé-macroeconômico.

## V. O Social-Desenvolvimentismo

As vertentes do Social-desenvolvimentismo podem ser identificadas já no plano de governo do então candidato Luís Inácio Lula da Silva onde a *dimensão social* é apontada como o principal eixo do novo modelo de desenvolvimento, assegurando o seu caráter democrático e nacional<sup>18</sup>. Contudo, é no segundo mandato que a proposta social-desenvolvimentista se afirma haja vista a demora em contornar as resistências a implantação do novo modelo de desenvolvimento.

Ao mesmo tempo o modelo social-desenvolvimentista ganha afirmação acadêmica a partir do final da década de 2000 através dos trabalhos de Ricardo Bieschowsky, Márcio Pochmann, Guido Mantega, Luciano Coutinho, Aloizio Mercadante Oliva, entre outros<sup>18</sup>.

Oriundo deste rol, Guido Mantega é o responsável pelo acoplamento do prefixo Social ao termo desenvolvimentista sendo posteriormente reproduzidos pelos intelectuais adeptos no novo modelo de crescimento econômico pois serve ao propósito diferenciá-lo dos preceitos do Nacional Desenvolvimentismo, e seu modelo de crescimento baseado na industrialização por substituição de importação. Ao mesmo tempo, a adoção do terno social-desenvolvimentismo enfatiza o “pensamento medular do modelo” que defende uma estratégia de crescimento liderada pelo aumento salarial e investimentos públicos (*investment and wage-led growth strategy*)<sup>19</sup>.

De forma geral, a literatura acerca do social-desenvolvimentismo revela tratar-se de uma escola de pensamento ainda em construção mas que, em linhas gerais, defende que o crescimento econômico deve ser alcançado através do aumento da participação dos salários na renda nacional, do adensamento da cadeia produtiva em torno das *commodities* e do investimento em infraestrutura econômica (como rodovias, portos e aeroportos, fábricas, etc.) e infraestrutura social (forma de bens de consumo coletivo ou público como educação, saúde, transporte público, saneamento e habitação)<sup>19</sup>.

De maneira mais precisa, de acordo com a perspectiva Social Desenvolvimentista, o consumo de massa, os recursos naturais e a infraestrutura constituem nos três “motores” do desenvolvimento econômico<sup>20</sup>. Neste contexto, o primeiro motor, o consumo de massa, é capaz de gerar crescimento em curto prazo, e os demais de manterem a dinâmica em longo prazo<sup>19</sup>. Porém, para que essa dinâmica se estabeleça de forma efetiva, sendo mais importante uma ação mais efetiva do Estado na regulação do funcionamento do mercado, na condução da política fiscal e tributária<sup>18</sup>.

Cada um dos três motores pode ser potencializado por dois tipos de “turbinadores”: a inovação e os investimentos nos encadeamentos produtivos tradições que não depende de maiores inovações<sup>20</sup>.

Adicionalmente, os turbinadores somente agem de forma correta se o Estado tenha êxito em implementar um conjunto de políticas desenvolvimentistas como a política cambial competitiva, política industrial, política de compras governamentais e mecanismos de atração de investimentos externos<sup>19</sup>.

O Brasil tem o privilégio de possuir, ao mesmo tempo, os três “motores” do desenvolvimento por contar com um amplo mercado interno de consumo de massa e por uma forte demanda nacional e mundial por seus abundantes recursos naturais além de possuir perspectivas favoráveis quanto à demanda estatal e privada por investimentos em infraestrutura tanto econômica quanto social<sup>20</sup>.

Nestes moldes, para o Social-desenvolvimentismo, as condições supracitadas ocasionariam um estímulo endógeno mais significativo para a economia, alavancando a sua produtividade, causando a ampliação e integração e a sofisticação da estrutura produtiva.

No social-desenvolvimentismo, o aspecto social é o elemento novo capaz de induzir o crescimento econômico por meio do processo de distribuição de renda que seja capaz de dinamizar o mercado de consumo doméstico. Isso alia-se ao fato de que o Social-desenvolvimentismo possui ênfase em uma estratégia de desenvolvimento centrado na expansão do mercado interno, como foco na ampliação do mercado de massa<sup>15</sup>.

Importante destacar o protagonismo do Estado como necessário para que o foco no investimento social seja garantido, seja direta o indiretamente executado por ele<sup>21</sup>.

Como é próprio da corrente desenvolvimentista, o social-desenvolvimentismo não reconhece que o crescimento econômico advenha do automatismo de mercado e por consequência, pressupõe que o regime macroeconômico esteja alinhado com um papel mais ativo do Estado de forma a promover o dinamismo econômico que promova a distribuição de renda e a expansão da infraestrutura social<sup>15</sup>.

Neste intuito, o social-desenvolvimentismo entende que o regime macroeconômico estabelece um conjunto de regras, de objetivos e diretrizes e limites de longo prazo, mas que ao mesmo tempo pode ser repensado e reformulado de maneira a incluir a dinâmica de funcionamento dos três motores do desenvolvimento proposto pela corrente: aprofundamento do processo de distribuição de renda e expansão da infraestrutura econômica e social. Nestes termos, o social-desenvolvimentismo prega o manejo da política macroeconômica seja adaptável ao invés de rígido como o tripé macroeconômico vigente.

O regime macroeconômico em um projeto social-desenvolvimentista deve ter duas tarefas: a) orientar a política macro para uma ação anticíclica; b) criar um ambiente macroeconômico favorável ao investimento produtivo<sup>15</sup>.

Quanto ao primeiro objetivo, o social-desenvolvimentismo prevê que o regime macroeconômico tenha flexibilidade suficientes para permitir que o Estado tome ações anticíclicas para fazer frente os ciclos econômicos de recessão, por vezes amplificado pelo setor financeiro, que são endógenos a produção capitalista e tendem a criar crises periódicas. Neste âmbito, a política macro deve ser orientada para a sustentação do crescimento econômico de forma a permitir o avanço das transformações estruturais, conforme previsto pelo projeto social-desenvolvimentista.

Para tanto, a orientação do gasto público é estratégica por se constituir em uma fonte de autônoma de demanda agregada. Nesta nova dimensão, o gasto social assume potencial de auxiliar na política anticíclica e reduzir a instabilidade do investimento privado. Como resultado, a expansão da infraestrutura social formado por programas sociais universais de saúde, de educação e previdência contribui para a estabilidade do crescimento econômico.

Quanto ao segundo objetivo, criar um ambiente favorável ao investimento produtivo, se faz necessário estabelecer uma ligação entre o regime macro e microeconômico de maneira tal que as variáveis macroeconômicas estejam alinhadas em contribuir com as condições favoráveis ao investimento produtivo, a exemplo das taxas de juros/câmbio e sua influência no cálculo de risco e retorno dos empresários<sup>15</sup>. As perspectivas de crescimento econômico sustentado é um fato que induz os empresários a investir. Taxa de juros elevadas, como no caso da economia brasileira, orientam os agentes superavitários a preferir ativos de liquidez imediata em detrimento dos investimentos instrumental (ativo fixo), ao mesmo tempo que tolhe o desenvolvimento do sistema de financiamento de longo prazo mais eficiente para o setor privado o que, em conjunto com as altas taxas de juros, contribuem para deprimir o investimento privado<sup>15</sup>.

Para atender esses dois objetivos, o regime macroeconômico do social-desenvolvimentista deve ser norteado pela sustentação do crescimento econômico e as políticas devem buscar dois objetivos extras: o desenvolvimento de financiamento de longo prazo em bases espontâneas e os ganhos de produtividade para o setor produtivo. Neste âmbito, as duas novas tarefas devem ser articuladas com políticas de desenvolvimento como a política industrial, investimento público, política de ciência e tecnologia, política salarial e de infraestrutura<sup>15</sup>.

### **O social-desenvolvimentismo e o tripé-macroeconômico**

Em relação aos pressupostos teóricos do tripé macroeconômico vigente no Brasil, não convergem com o projeto social-desenvolvimentismo, isto porque o primeiro foi elaborado de maneira a limitar a atuação do Estado na economia, submeter as autoridades políticas a concepção ortodoxa de que o mercado é o principal protagonista<sup>15</sup>. Desta forma, o regime macroeconômico institucionalizado na forma do tripé macroeconômico pode não ser flexível o suficiente para acomodar um Estado que busque desempenhar o papel de indutor do crescimento econômico e cuja questão *social* seja o foco central de sua atuação<sup>15</sup>. Porém, a institucionalidade dos regimes de câmbio flutuante, metas para inflação e meta fiscal primária podem se acomodar ao projeto desenvolvimentista desde que considerados alguns aprimoramentos. Quanto aos aprimoramentos do tripé macroeconômico<sup>15</sup>, cabem algumas considerações sobre a política cambial, regime de metas primárias e a política monetária na visão social-desenvolvimentista<sup>15</sup>.

Se por um lado, o regime de câmbio flutuante tem na flexibilidade a sua principal virtude, por proporcionar a absorção de choques externos advindos as incertezas associadas à alta volatilidade dos preços das commodities e das variáveis financeiras, de outro, poderia gerar distúrbios importantes na economia como por exemplo, pressões inflacionárias<sup>15</sup>.

Por outro lado, uma flexibilidade excessiva do regime cambial pode levar a distorções de diversas naturezas, uma vez que a taxa de câmbio resultante das forças de mercado pode não ser a mais adequada ao desenvolvimento econômico. Assim, o social-desenvolvimentismo recomenda que a política cambial seja ativa com base em quatro motivos.



O primeiro motivo diz respeito a volatilidade nas receitas dos países exportadores de *commodities* em decorrência dos ciclos de alta e de baixa nos preços destes produtos. Isso acaba por provocar instabilidade sobre a taxa de câmbio, o que afeta o restante da economia e, por consequência, exige que a política cambial ative amenize o impacto do preço na taxa de câmbio em países com forte participação de *commodities* em sua pauta de exportação.

O segundo motivo para a política ativa defendida pela social-desenvolvimentismo, é a necessidade de neutralizar os efeitos perniciosos de uma pauta de exportação concentrada em bens primários, evitando que a economia apresente sintomas da já discutida doença holandesa<sup>22</sup>. O terceiro motivo é a importância de neutralizar as distorções provocadas pelo fluxo de entrada e saída de recursos financeiros gerados pelo setor financeiro em movimentos especulativos, próprios do setor, o que causa perturbações na taxa de câmbio. Desta maneira, existe a necessidade de uma política cambial que seja eficiente em neutralizar os efeitos dos movimentos do setor financeiro sobre a moeda nacional, especialmente no Brasil, que apresenta alto *pass-through* entre câmbio e inflação<sup>22</sup>.

Sobre o Regime de metas primárias, a crítica do Social-desenvolvimentismo ao regime de meta fiscal primário repousa no argumento de que o objetivo da meta fiscal não é a meta em si, mas dar sustentabilidade à dívida pública. Neste sentido, o regime ignora o ciclo econômico e a endogenia entre o gasto público e o crescimento econômico.

Ao estabelecer um compromisso fiscal com periodicidade anual, este depende que a sua arrecadação ao longo do período se materialize de acordo com as expectativas de crescimento econômico<sup>22</sup>. O fato é que isso geralmente não acontece e, como consequência, o governo ter por opção anunciar que a meta não vai ser alcançada e prestar contas à sociedade ou pode não anunciar nada e, lançar mão de alternativas que resulte em o cumprimento contábil da meta. Ambas opções vão pesar contra a credibilidade do governo.

O que resta ao governo é seguir uma terceira opção mais ajustada ao regime fiscal, para garantir o alcance da meta fiscal no período: aumentar os impostos ou reduzir os gastos públicos. Nesse âmbito, a busca pela meta fiscal por meio de uma política fiscal contracionista retira a demanda agregada de uma economia já enfraquecida, reduzindo ainda mais o crescimento econômico.

Adicionalmente, como nem sempre o aumento de impostos e o corte de despesas se faz possível, seja por questões técnicas ou por falta de viabilidade política, uma saída comum consiste no corte ou adiamento de projetos de investimento público<sup>22</sup>. Por consequência, a busca pela meta fiscal acrescenta a esse regime um viés anti-investimento.

Nestes termos, identificam-se três formas de conciliar o regime de metas fiscais, pilar anticíclico do Social-desenvolvimentismo: (I) mudar a periodicidade da meta para um período maior, para que possa contemplar todo o ciclo econômico, permitindo que a política fiscal a flexibilidade necessária para atuar de forma mais expansionista, em dado período, e mais contracionistas em outros períodos, de modo que, na média do período a meta de *superavit* seja alcançado; (ii) estabelecer mecanismos instrucionais que permitam a alternância do gasto público de acordo com o ciclo econômico expansionista, em ciclo de baixo crescimento e contracionista, em ciclos de crescimento (a ideia é preservar a continuidade da meta de *superavit* com periodicidade anual); (iii) estabelecer limites de tolerância superior e inferior para o *superavits* primários, a exemplo do sistema de metas para a inflação, de forma a acomodar o ciclo econômico e as variações não prevista na arrecadação tributária<sup>22</sup>.

A política monetária na visão social-desenvolvimentista e o regime de metas para inflação pode ser adequada para o projeto de desenvolvimento de modo a atender três pontos: (i) que a meta de inflação não seja um objetivo exclusivo da política monetária; (ii) adoção de uma meta flexível, o bastante para acomodar as pressões de preços que são próprias ao processo de desenvolvimento econômico, como causa das transformações estruturais e de choque de oferta; (iii) adoção de outros instrumentos, e não somente da taxa de juros, para controle da inflação, isso porque a esta decorre de múltiplas causas além da inflação de demanda.

Ademais, o Social-desenvolvimentismo defende um modelo mais adaptável e menos rígido, com maior ênfase na intervenção estatal, porém com responsabilidade<sup>19</sup>. As adaptações do tripé macroeconômico têm fundamentação econômica e resgatam o seu aspecto político, e não apenas o técnico-administrativo da ortodoxia, sem que isso signifique a defesa de algum tipo de “aventura” ou “populismo” econômico. ]

## VI. Conclusão

Este estudo analisa as correntes ortodoxas, novo-desenvolvimentista e social-desenvolvimentista, destacando suas contribuições teóricas e práticas para o desenvolvimento econômico brasileiro. A ortodoxia, com a sua ênfase na eficiência de mercado e nas limitações da intervenção estatal, mostrou-se fundamental nas considerações de políticas econômicas específicas para a estabilização macroeconômica. No entanto, seu déficit e foco excessivo na estabilidade fiscal e financeira, sem atenção suficiente às desigualdades estruturais, geraram críticas, especialmente em períodos de crise.

Por outro lado, o novo-desenvolvimento propõe uma abordagem mais integrada, que aprofunde o papel central da industrialização no processo de desenvolvimento. Com base em estratégias de fortalecimento da competitividade industrial e em uma política cambial ativa, esta corrente apresenta uma alternativa robusta para enfrentar os desafios de países em desenvolvimento, como o Brasil, que ainda carecem de uma estrutura produtiva produtiva e tecnologicamente avançada.

O desenvolvimentismo social, por sua vez, destaca-se por priorizar o consumo de massa e o investimento em infraestrutura social como motores de crescimento econômico. Ao colocar a questão social no centro do debate, essa perspectiva ressalta a importância de políticas redistributivas e do fortalecimento do mercado interno para promover um desenvolvimento inclusivo e sustentável. Sua visão de uma economia mais equilibrada e dinâmica contrasta com as limitações do modelo ortodoxo, especialmente em contextos onde as desigualdades sociais e regionais representam barreiras significativas ao progresso econômico.

Uma análise comparativa das três correntes revelou que, embora cada uma das ofertas de diagnósticos e soluções específicas, o desenvolvimento econômico sustentável no Brasil exige uma combinação estratégica de elementos dessas abordagens. A fraqueza da ortodoxia, quando temperada com a flexibilidade e o pragmatismo das vertentes heterodoxas, pode resultar em políticas mais equilibradas e eficazes, capazes de promover não apenas a estabilidade macroeconômica, mas também o crescimento sustentável e inclusivo.

Em suma, o debate entre ortodoxia e heterodoxia, longe de ser apenas acadêmico, possui implicações diretas para a formulação de políticas públicas no Brasil. Uma capacidade eficiente de integração de diferentes perspectivas será crucial para enfrentar os desafios econômicos futuros e garantir um desenvolvimento que seja, ao mesmo tempo, economicamente e socialmente justo.

Sugere-se que estudos futuros aprofundem a análise empírica do impacto das políticas baseadas em cada uma dessas correntes no contexto brasileiro. Além disso, seria relevante investigar como as mudanças no cenário global, como a transição para uma economia verde, podem influenciar a aplicabilidade e a eficácia dessas abordagens.

## Referências

- [1]. Oliveira, P. H. D. R. Heterodoxia, Ortodoxia, Mainstream E Pluralismo: Perspectivas Para A Ciência Econômica. Monografia. (Graduação Em Economia) - Universidade Federal Do Rio De Janeiro, Rio De Janeiro, 2017.
- [2]. Hegele, F. Ortodoxia E Heterodoxia Na Economia: Um Debate Sobre As Consequências Da Pec Do Teto Dos Gastos Públicos. Revista Iniciativa Econômica, Araraquara, V. 3 N. 1, P. 95-116, Jan./Jun. 2017. Disponível Em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iniciativa/article/view/9598>. Acesso Em: 08 Dez. 2023.
- [3]. Costa, F. N. Ortodoxia X Heterodoxia Em Economia. Tradução De Extratos Do Livro História Do Pensamento Econômico, Coautoria De Harry Landreth & David C. Colander. [S.L.]: [S.N.], 2021. Disponível Em: <https://fernandonogueiracosta.files.wordpress.com/2021/09/Fernando-Nogueira-Da-Costa.-Ortodoxia-X-Heterodoxia-Na-Economia.-Set-2021.Pdf>. Acesso Em: 08 Dez. 2023.
- [4]. Sposito, T. C. O. A Economia Brasileira Na Literatura Econômica: Convergências E Divergências Nas Abordagens Ortodoxa E Heterodoxa. Revista Pesquisa E Debate, [S. L.], V. 35, N. 1, P. 63, 2023. Disponível Em: <https://revistas.pucsp.br/rpe/article/view/60607>. Acesso Em: 10 Dez. 2023.
- [5]. Amado, A. M.; Mollo, M. L. R. Ortodoxia E Heterodoxia Na Discussão Sobre Integração Regional: A Origem Do Pensamento Da Cepal E Seus Desenvolvimentos Posteriores. Estudos Econômicos, São Paulo, V. 34, N. 1, P. 129-156, Mar. 2004. Disponível Em: <https://www.scielo.br/j/ee/A/3jhlxjgsnxfvxqzvjfhv8mv/?Lang=Pt>. Acesso Em: 18 Jan. 2024.
- [6]. Senado Federal. Cumprimento Do Teto De Gastos – Ec Nº 95/2016. In: Agência Do Senado, Brasília, 2016. Disponível Em: <https://www12.senado.leg.br/transparencia/orcamento-e-financas/safin/cumprimento-do-teto-de-gastos-2013-ec-no-95-2016#>. Acesso Em: 10 Dez. 2023.
- [7]. Costa, F. N. Ortodoxia X Heterodoxia Em Economia. Tradução De Extratos Do Livro História Do Pensamento Econômico, Coautoria De Harry Landreth & David C. Colander. [S.L.]: [S.N.], 2021. Disponível Em: <https://fernandonogueiracosta.files.wordpress.com/2021/09/Fernando-Nogueira-Da-Costa.-Ortodoxia-X-Heterodoxia-Na-Economia.-Set-2021.Pdf>. Acesso Em: 08 Dez. 2023.
- [8]. Cantu, R. A Controvérsia Entre Os Economistas Brasileiros: Comentários Sobre Sua Sociologia, Filosofia E Aspectos Argumentativos. In: 44º Encontro Anual Da Anpocs, Gt40 - Sociedade E Vida Econômica. Paper..., 2020. Disponível Em: <https://www.anpocs2020.sinteseeventos.com.br/arquivo/downloadpublic?Q=Ytoyontzojy6inbhcmftcyi7czozntoiytoxontzowejoijjrf9bulfvsvzpjitzojq6ijqxdqio30io3m6mtoiaci7czozmjoimmu3nja4yjhimdawowfjywnhmjy2nmu3zdu4nmj1nmio30%3d>. Acesso Em: 06 Dez. 2023.
- [9]. Vignoli, F. H. Et Al. Formação Econômica Do Brasil. São Paulo: Editora Saraiva, 2017.
- [10]. Lisboa, M.; Pessoa, S. O Valor Das Ideias: Debates Em Tempos Turbulentos. São Paulo: Companhia Da Letras, 2019.
- [11]. Nassif, A. Desenvolvimento E Estagnação: O Debate Entre Desenvolvimentistas E Liberais Clássicos. São Paulo: Editora Contracorrente, 2023.
- [12]. Curado, M. Industrialização E Desenvolvimento: Uma Análise Do Pensamento Econômico Brasileiro. Economia E Sociedade, Campinas, V. 22, N. 3, P. 609-640, Dez. 2013. Disponível Em: <https://www.scielo.br/j/Ecos/A/Pcqmccsx3myxmzs3hd9dyzt/?Format=Pdf>. Acesso Em: 08 Dez. 2023.
- [13]. Mattei, L. Gênese E Agenda Do Novo Desenvolvimentismo Brasileiro. Brazilian Journal Of Political Economy, [S.L.], V. 33, N. 1, P. 41-59, Jan./Mar. 2013. Disponível Em: <https://www.scielo.br/j/Rep/A/Cb7gfmgstfrtkfvdsjtqbks/?Format=Pdf&Lang=Pt>. Acesso Em: 08 Dez. 2023.
- [14]. Bresser-Pereira, L. C. Do Antigo Ao Novo Desenvolvimentismo Na América Latina. In: Ocampo, J. A.; Ross, J. (Org.). Handbook Of Latin American Economics, Oxford University Press. Oxford: Oxford University Press, 2011. P. 108-129.
- [15]. Rossi, P. Regime Macroeconômico E O Projeto Social-Desenvolvimentista. Discussion Papers, Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, 2015.
- [16]. Mollo, M. L. R.; Fonseca, P. C. D. Desenvolvimentismo E Novo-Desenvolvimentismo: Raízes Teóricas E Precisoões Conceituais.

- Brazilian Journal Of Political Economy, São Paulo, V. 33, N. 2, P. 222-239, Jun. 2013. Disponível Em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/kh3cbfck5qqtgnc7c7zvc/>. Acesso Em: 08 Dez. 2023.
- [17]. Bresser-Pereira, L. C. O Novo Desenvolvimentismo E A Ortodoxia Convencional. São Paulo Em Perspectiva, São Paulo, V. 20, N. 3, P. 5-24, 2006. Disponível Em: [https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/bresser\\_-\\_novo\\_desenvolvimento\\_e\\_a\\_ortodoxia.pdf](https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/bresser_-_novo_desenvolvimento_e_a_ortodoxia.pdf). Acesso Em: 06 Dez. 2023.
- [18]. Rotta, Edeimar; Dos Reis, Carlos Nelson. Desenvolvimentismo E Políticas Sociais: Apontamentos Para O Debate Em Curso. Brazilian Journal Of Development, V. 6, N. 6, P. 33716-33739, 2020.
- [19]. Moraes, I. A. A Macroeconomia Do Social Desenvolvimentismo: Um Estudo Da Rede Desenvolvimentista. Economia & Sociedade, Campinas, V. 32, N. 2, P. 279-95, Maio/Ago. 2023. Disponível Em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/R8ms8tyhwr5kxhzbmyphkbf/>. Acesso Em: 08 Dez. 2023.
- [20]. Bielschowsky, R. Estratégia De Desenvolvimento E As Três Frentes De Expansão No Brasil: Um Desenho Conceitual. Brasília; Rio De Janeiro: Ipea, 2013 (Texto Para Discussão).
- [21]. Broetto, M. S. O Debate Social/Novo - Desenvolvimentista No Brasil: Uma Crítica A Partir Da Teoria Marxista Da Dependência. Monografia (Graduação Em Ciências Econômicas) – Universidade Federal De São Paulo, Osasco, 2020.
- [22]. Mello, G.; Rossi, P. Do Industrialismo À Austeridade: A Política Macro Dos Governos Dilma. Texto Para Discussão, Jun. 2017. Disponível Em: <https://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=3538&tp=A>. Acesso Em: 08 Dez. 2023.